



LUIZASEG SEGUROS S.A. - CNPJ: 07.746.953/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas. Parecer do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes. No exercício de 2023, a Seguradora atingiu prêmios emitidos líquidos de R\$ 450,9 milhões e Prêmios Ganhos de R\$ 710,2 milhões, um crescimento de 6% quando comparado ao exercício anterior. O Lucro Líquido no exercício atingiu R\$ 101,3 milhões, 43% superior comparado ao exercício de 2022. Os ativos totais alcançaram R\$ 1,3 bilhões, um decréscimo de 17% comparado com os ativos totais no fim do exercício anterior. Em 31 de dezembro de 2023, a Seguradora possuiu R\$ 631,9 milhões em ativos sob gestão e, desse montante, cerca de 12,2% estão alocados em ativos denominados "Ambiental, Social e Governança Corporativa (ASG)" reiterando seu compromisso com os requisitos de sustentabilidade. Para além dos investimentos, a Seguradora busca gerar impactos positivos no planeta e na sociedade como elemento estratégico no desenvolvimento e gestão de seus negócios, atuando em cinco pilares: seguros acessíveis, finanças sustentáveis, diversidade e inclusão, ética e transparência e responsabilidade socioambiental. A Seguradora tem como política de distribuição de dividendos a destinação aos acionistas de parcela relevante do resultado apurado no exercício e saldos remanescentes em reservas distribuíveis de exercícios

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	663.659	737.836	Circulante	735.287	744.614
Caixa e Equivalente de Caixa	251	135	Contas a Pagar	39.682	30.655
Caixas e bancos	251	135	Obrigações a pagar	10	21.596
Aplicações Financeiras	5	222.969	Impostos e encargos sociais a recolher	257	1.131
Créditos das Operações com Seguros	67	103	Encargos trabalhistas	565	558
Prêmios a receber	6	22	Impostos e contribuições	9.770	7.212
Outros créditos operacionais	67	81	Outras contas a pagar	7	106
Títulos e Créditos a Receber	4.258	3.045	Débitos das Operações com Seguros	4.999	251
Títulos e créditos a receber	-	925	Prêmios a ressituir	266	238
Créditos tributários e previdenciários	4.169	2.034	Outros débitos operacionais	4.733	13
Outros créditos	89	86	Depósitos de Terceiros	11	27
Despesas Antecipadas	307	413	Depósitos de terceiros	67	7.174
Operacionais	-	413	Provisões Técnicas - Seguros Danos	12	690.491
Administrativas	307	-	Provisão de prêmios não ganhos	682.803	697.220
Custos de Aquisição Diferidos	8	435.807	Provisão de sinistros a liquidar	1.460	6.099
Seguros	435.807	445.440	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.813	2.001
Ativo não Circulante	601.564	793.160	Provisão de despesas relacionadas	1.315	1.113
Realizável a Longo Prazo	601.564	759.895	Outros Débitos	88	101
Aplicações Financeiras	5	408.961	Passivos de arrendamento	88	101
Títulos e Créditos a Receber	785	6.733	Passivo não Circulante	306.150	548.480
Créditos tributários e previdenciários	7	785	Exigível a Longo Prazo	7	1.233
Outros Valores e Bens	113	218	Contas a Pagar	7	1.233
Ativos de direito de uso	113	218	Tributos diferidos	12	299.647
Custos de Aquisição Diferidos	8	191.705	Provisões Técnicas - Seguros Danos	12	299.647
Seguros	191.705	346.454	Provisão de prêmios não ganhos	299.647	548.480
Intangível	9	184	Outros Débitos	4	7.800
Marcas e patentes	5	5	Provisões judiciais	18	4.470
Outros intangíveis	179	33.259	Passivos de arrendamento	2	40
			Patrimônio Líquido	13	223.970
			Capital social	133.883	133.883
			Reservas de capital	50.000	50.000
			Reservas de lucros	37.979	63.433
			Ajuste com títulos e valores mobiliários	2.108	(9.414)
Total do Ativo	1.265.407	1.530.996	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.265.407	1.530.996

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto os dividendos mínimos obrigatórios por ação)

	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Outras Reservas de Lucros		
Saldo Final em 31 de dezembro de 2021	133.883	50.000	9.200	54.315	(18)	(13.380)	234.000
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	70.651	70.651
Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	3.966	3.966
Destinação da Reserva de Lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/22	-	-	-	(53.052)	-	-	(53.052)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	-	52.988	-	(52.988)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,13 por ação)	-	-	-	-	-	(17.663)	(17.663)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	133.883	50.000	9.200	54.251	(18)	(9.414)	237.902
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	101.386	101.386
Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	11.522	11.522
Destinação da Reserva de Lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/23	-	-	-	(53.295)	-	-	(53.295)
Distribuição de dividendos intermediários - AGO 27/09/23	-	-	-	(48.198)	-	-	(48.198)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	-	76.039	-	(76.039)	-
Absorção do saldo devedor de Outras Reservas de Lucros - AGO 31/03/23	-	-	-	-	18	-	18
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,19 por ação)	-	-	-	-	-	(25.347)	(25.347)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	133.883	50.000	9.200	28.779	-	2.108	223.970

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Luizaseg Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado do Grupo BNP Paribas Cardif, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 8º andar na Cidade de São Paulo/SP. Constituída em 02 de setembro de 2005, conforme assembleia geral de seus acionistas, foi autorizada pela SUSEP a operar nos seguros de ramos elementares, através da Portaria SUSEP nº 2.315 de 08 de dezembro de 2005, publicada no DOU em 09 de dezembro de 2005, e tem por objeto social a realização de todas as operações de seguros de danos, como definidos pela legislação vigente em todo território nacional, com aprovação para comercializar seus produtos no ramo de extensão de garantia patrimonial. Em outubro de 2023 a CNVP Participações Societárias S.A. realizou a compra de 66.941,686 de suas ações sendo, a partir desta data, sua única investidora. A Seguradora tem contrato firmado com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A e a CNVP Participações Societárias S.A., responsáveis pela prestação de serviços relacionados à gestão operacional da Seguradora e das operações da Luizaseg Seguros S.A. Os custos das operações são faturados conforme prestação dos serviços acordada entre as entidades. Em julho de 2023 a Companhia cessou as vendas dos produtos de ramos elementares, ainda assim a Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Essas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2024.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

2.1. Base de preparação: As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supridoras de serviços relacionados à gestão operacional da Seguradora, que consideram os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abarcadas de previdência complementar, pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no Patrimônio Líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados a valor justo por meio de resultado. As práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes sobre o principal ambiente econômico no qual a Seguradora opera, bem como as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as Demonstrações Financeiras, que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores define critérios para fins de cálculo da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) a serem adotadas pelas seguradoras que não possuem base de dados suficiente para utilização de metodologia própria. Os critérios adotados pela Seguradora para a constituição destes passivos estão descritos na Nota 2.1.1.1. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). A moeda funcional a qual a Seguradora utiliza na preparação das Demonstrações Financeiras está apresentada é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionados, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem o caixa, os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados a valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. (a) **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado, são registrados no resultado financeiro da Seguradora e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. (b) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados a valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no Patrimônio Líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e apropriado ao resultado no momento de sua realização. Os ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como circulante ou não circulante observando as datas de vencimento dos ativos. (c) **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventual ajuste por redução do valor recuperável. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são, subsequentemente,

contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro", líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "resultado financeiro". **2.4.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** (a) **Ativos negociados ao custo amortizado:** A Seguradora avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. (b) **Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia no final de cada período de apresentação das Demonstrações Financeiras se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.4.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5. Aplicações financeiras:** O saldo das aplicações financeiras referentes aos títulos públicos federais (LNTNs, LFTs, NTN-B e NTN-F), e títulos privados (LFs e debêntures) estão classificados na categoria "disponíveis para a venda", levando em consideração a data de vencimento dos ativos financeiros e a intenção da Administração na negociação dos títulos. Consequentemente, para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre ativo circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos estão classificadas como títulos "mensurados a valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Seguradora. **2.6. Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são constituídas por desembolsos que se referem a despesas relativas a competências futuras, estas despesas são reconhecidas no resultado considerando a estimativa de utilização e realização dos custos envolvidos. **2.7. Arrendamentos:** A Seguradora possui contratos de arrendamento de veículos cujo prazo médio é de 36 meses. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantias de empréstimos. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso da Seguradora. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período de arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo de arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos; • Pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de índice ou de taxa. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no contrato de arrendamento. A Caixa e Equivalente de Caixa: A Seguradora está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice de taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento, até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamento baseados em um índice de taxa ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida no ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamento são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • Quaisquer pagamentos de arrendamento feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • Quaisquer custos diretos iniciais; e • Custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Seguradora estiver razoavelmente certa de que irá exercer sua opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativo de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI. A Seguradora não tem a intenção de prorrogar os contratos de arrendamentos de veículos ou extinguir antes do término. **2.8. Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. E resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: • Marcas e patentes; e • Softwares adquiridos, que são amortizados levando em conta o tempo de utilização dos ativos. A Seguradora realiza teste de "impairment" anualmente ou sempre que possuí evidência razoável de perdas possíveis. **2.9. Custos de aquisição diferidos (CAD):** Os custos de aquisição diferidos são todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguro de riscos a decorrer, diferidos de acordo com o período de risco ainda não decorrido. As parcelas decorridas são apropriadas no resultado. O CAD é considerado no teste de adequação dos passivos de seguro, em consonância com o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "Contratos de Seguro" - CPC 11 e com base nas determinações da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. **2.10. Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos os seus certificados/bilhetes emitidos como contratos de seguro, uma vez que esses contratos transferem riscos à Seguradora. Em geral, define-se como "risco de seguro" a possibilidade de pagar indenizações aos segurados, devido à ocorrência de um evento

anterior, no entanto, os acionistas detêm poderes e direitos de deliberar sobre as destinações dos lucros e reservas, observados os limites do Estatuto Social e da legislação societária vigente. Em 31 de março de 2023 os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Ordinária pela distribuição de dividendos, pagos no 1º semestre de 2023. Em 27 de setembro de 2023 os acionistas em Assembleia Geral Ordinária deliberaram pela distribuição de dividendos intermediários relativos ao Lucro Líquido apurado no Balanço Patrimonial levantado em 30 de junho de 2023 no valor de R\$ 48.198 como destinação das reservas de lucros existentes, que foram pagos aos acionistas em 29 de setembro de 2023. Para o exercício de 2024, devido a sua solidez financeira, o resultado tende a estar em linha com o projetado, permitindo que a Seguradora continue honrando com os compromissos com todos os seus interlocutores e entregando a rentabilidade esperada pelos seus acionistas. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Luizaseg Seguros S.A.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024
A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2023	2022
Operações de seguros			
Prêmios emitidos líquidos	15.a	450.919	774.313
Variação das provisões técnicas	15.a	259.259	(105.473)
Prêmios Ganhos	15.b	710.178	668.840
Sinistros ocorridos	15.a	(85.606)	(97.897)
Custos de aquisição	15.a	(452.972)	(428.738)
Outras receitas e despesas operacionais	15.c	(5.726)	(2.588)
Despesas administrativas	15.d	(40.774)	(44.232)
Despesas com tributos	15.e	(33.884)	(31.103)
Resultado financeiro	15.f	73.396	55.074
Resultado Operacional	16.412	119.356	
Ganhos com ativos não correntes	1	1.390	-
Resultado antes dos Impostos e Participações	16.002	119.356	
Imposto de renda	16	(39.834)	(29.393)
Contribuição social	16	(23.970)	(18.509)
Participações sobre o resultado		(812)	(803)
Lucro Líquido do Exercício	101.386	70.651	
Quantidade de ações	133.883.372	133.883.372	
Lucro por ação		0,76	0,26

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	101.386	70.651
Ativos financeiros disponíveis para a venda	11.522	3.966
Ajuste com títulos e valores mobiliários	19.201	6.610
Efeito tributário	(7.681)	(2.644)
Total do Resultado Abrangente	112.908	74.617

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

A seguradora para um mundo em mudança

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	101.386	70.651
Ajustes para		
Depreciações e amortizações	5.954	12.039
Impairment de ativos intangíveis	(5.744)	-
Varição nas Contas Patrimoniais		
Ativos financeiros	74.783	(59.858)
Créditos das operações de seguros	36	(17)
Títulos e créditos a receber	4.736	5.293
Despesas antecipadas	106	(345)
Custos de aquisição diferidos	164.382	(63.445)
Fornecedores e outras contas a pagar	445	(5.419)
Impostos e contribuições	42.323	46.097
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.747	55
Depósitos de terceiros	(7.147)	7.155
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(260.786)	104.399
Outros débitos	841	781
Impostos pagos sobre o lucro	(39.765)	(45.900)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	86.297	71.486
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(378)
Aquisição de outros valores e bens	-	(23)
Baixa de ativo intangível	32.975	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	32.975	(612)
ATIV		



A seguradora para um mundo em mudança

LUIZASEG SEGUROS S.A. - CNPJ: 07.746.953/0001-42

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

aceitação, riscos cobertos e excluídos, limites de cobertura, formas de comercialização, tipos de prêmios, sinistros indenizáveis, os períodos de carência e franquias aplicáveis, canais de distribuição e demais orientações. Existe uma "Global Guideline" para cada cobertura comercializada. **Exposição de risco individual:** A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco por contrato de seguro em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Ramo	(Importância segurada) Exposição máxima ao risco 31/12/2023	(Importância segurada) Exposição máxima ao risco 31/12/2022
Extensão de garantia patrimonial	R\$ 113	R\$ 114

Gerenciamento de riscos de seguro: O monitoramento da carteira de contratos de seguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) casamento de ativos e passivos. Além disso, o TAP (Teste de Adequação dos Passivos) é realizado com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as provisões mínimas determinadas pela SUSEP. O risco de seguro de danos resulta de:

- Flutuações na ocorrência, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. A natureza dos seguros subscritos é de média duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos. **Resultados do teste de sensibilidade:** Os resultados do teste de sensibilidade abaixo demonstrados, representam o impacto em uma base razoável de mudança esperada das premissas atuariais.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado	Impacto de uma mudança nas taxas de juros de mercado de ± 2% (exemplo: se a taxa de juros atual é de 10%, o impacto de uma mudança imediata para 8% e 12%). O teste permite consistentemente mudanças similares em retornos de investimento e movimentações no valor de mercado de títulos de juros fixos utilizados como respaldo.
Taxa de juros e retorno de investimento	O impacto de uma mudança nas taxas de juros de mercado de ± 2% (exemplo: se a taxa de juros atual é de 10%, o impacto de uma mudança imediata para 8% e 12%). O teste permite consistentemente mudanças similares em retornos de investimento e movimentações no valor de mercado de títulos de juros fixos utilizados como respaldo.	

Índices de sinistralidade

Sensibilidade em 31 de dezembro de 2023	Taxa de juros	Taxa de juros	Sinistralidade (1)
Taxa	2%	-2%	10%
Impacto sobre lucro antes de impostos contribuições	13.674	(14.037)	(8.541)
Impacto sobre o Patrimônio Líquido	8.205	(8.422)	(5.124)

Sensibilidade em 31 de dezembro de 2022	Taxa de juros	Taxa de juros	Sinistralidade (1)
Taxa	2%	-2%	10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições	12.796	(14.638)	(9.796)
Impacto sobre o Patrimônio Líquido	7.677	(8.783)	(5.878)

(1) Na hipótese de a sinistralidade apresentar variação de -10% os impactos econômicos seriam inversamente proporcionais aos apresentados no quadro acima.

Limitações da análise de sensibilidade: Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração da Seguradora de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas de forma confiável, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Sensibilidade das estimativas:** Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados. Quando estimativas são usadas, estas se baseiam em uma combinação de evidências de terceiros independentes e modelos desenvolvidos internamente, ajustados aos dados de mercado observáveis, quando possível. Enquanto que essas avaliações são sensíveis a estimativas, acredita-se que alterar uma ou mais premissas para alternativas razoavelmente possíveis não alteraria o valor justo de maneira significativa.

Concentração de riscos: Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios emitidos líquidos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

Ramo	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Total
Extensão de garantias	207.842	99.120	26.375	101.949	15.833	450.919
Total	207.842	99.120	26.375	101.949	15.833	450.919

Ramo	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Total
Extensão de garantias	348.366	176.627	43.647	178.199	27.474	774.313
Total	348.366	176.627	43.647	178.199	27.474	774.313

(b) **Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora, distribuídos por rating de crédito divulgados por agências renomadas de rating (*Standard & Poor's, Fitch Ratings Brasil e Moody's*). Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, valores relativos a investimento em quotas de fundos e prêmios a receber.

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de Dezembro de 2023

	AAA	AA+	AA	AA-	A+	Sem rating	Total
Caixa e equivalentes de caixa	251	-	-	-	-	-	251
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	102.858	102.858
Títulos de renda fixa privados	64.584	15.111	35.953	36.066	7.876	-	159.590
Títulos de renda fixa públicos	369.482	-	-	-	-	-	369.482
Exposição máxima ao risco de crédito	434.317	15.111	35.953	36.066	7.876	102.858	632.181

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de Dezembro de 2022

	AAA	AA+	AA	AA-	A+	Sem rating	Total
Caixa e equivalentes de caixa	135	-	-	-	-	-	135
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	140.985	140.985
Títulos de renda fixa privados	21.471	-	19.334	-	-	-	40.805
Títulos de renda fixa públicos	513.401	-	-	-	-	-	513.401
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	22	-	22
Exposição máxima ao risco de crédito	535.007	-	19.334	-	22	140.985	695.348

(c) **Risco de liquidez:** Está relacionado tanto com a incapacidade da Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Seguradora a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma "carteira de liquidez", constituída por investimentos de curto prazo e de alta liquidez, para cobrir eventuais cenários de stress. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gestão de ativos e passivos (Asset and Liability Management - ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar as divergências dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2023							
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	13-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado
Caixa e equivalentes de caixa	251	-	-	-	-	-	251

Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2022							
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	13-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado
Caixa e equivalentes de caixa	135	-	-	-	-	-	135

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado							
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	13-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	102.858
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	-	-	-	102.858
Títulos de renda fixa privados	-	4.830	4.233	15.695	112.522	22.310	-
Títulos de renda fixa públicos	-	-	-	-	75.653	198.476	-
Créditos das operações com seguros	67	-	-	-	-	-	67
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	627.512
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	627.512
Total dos ativos financeiros	318	4.830	99.586	15.695	188.175	220.786	730.370
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	990.138

Passivos financeiros							
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	13-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado
Obrigações a pagar	28.985	-	-	-	-	-	28.985
Impostos, contribuições e encargos sociais	10.027	-	-	-	-	-	10.027
Débitos de operações com seguros	4.999	-	-	-	-	-	4.999
Encargos trabalhistas	565	-	-	-	-	-	565
Depósitos de terceiros	27	-	-	-	-	-	27
Passivos de arrendamento	22	21	22	23	40	-	128
Total dos passivos financeiros	44.625	21	22	23	40	-	990.138

Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2022							
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	13-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado
Caixa e equivalentes de caixa	135	-	-	-	-	-	135

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado							
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	13-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	140.985
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	-	-	-	140.985
Títulos de renda fixa privados	-	4.830	4.233	15.695	112.522	22.310	-
Títulos de renda fixa públicos	-	-	-	-	75.653	198.476	-
Créditos das operações com seguros	67	-	-	-	-	-	67
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	627.512
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	627.512
Total dos ativos financeiros	42.437	102.998	231	2.287	132.407	274.084	932.879
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	1.250.923

Passivos financeiros							
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	13-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado
Obrigações a pagar	21.596	-	-	-	-	-	21.596
Impostos, contribuições e encargos sociais	8.343	-	-	-	-	-	8.343
Débitos de operações com seguros	251	-	-	-	-	-	251
Encargos trabalhistas	558	-	-	-	-	-	558
Depósitos de terceiros	7.174	-	-	-	-	-	7.174
Passivos de arrendamento	24	25	26	26	88	40	229
Total dos passivos financeiros	37.946	25	26	26	88	40	1.250.923

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para a Seguradora. (d) **Risco de mercado:** É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos preços de instrumentos financeiros. Sua definição abrangente, principalmente, o risco de variação das expectativas de taxas de juros e de indicadores macroeconômicos, tais como inflação, câmbio, entre outros. A gestão de risco de mercado é baseada na aplicação periódica de metodologias amplamente difundidas, tais como Value at Risk e Duration, e que são usadas para observar a intensidade dessas flutuações, bem como adequá-las ao apetite de risco da Seguradora. (e) **Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. (f) **Gestão de capital:** A gestão de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (CMR). Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, o CMR para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o Capital-Base e o Capital de Risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capitais mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 14 com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representadas por títulos públicos e privados de renda fixa, avaliados ao valor de mercado na data do balanço. Os níveis de evidenciamento do valor justo dos títulos foram apresentados seguindo as seguintes definições: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável. A Seguradora não detém títulos que obedecem a essa definição.

Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado (i)	Nível	1 a 30 dias ou sem dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	% de diferença	Ajuste de avaliação a mercado
Quotas de fundos de investimentos abertos	Nível 2	102.858	-	-	-	102.858	102.858	-	-

Títulos disponíveis para venda (ii)	Nível	1 a 30 dias ou sem dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	% de diferença	Ajuste de avaliação a mercado
Títulos de renda fixa privados	Nível 2	-	4.830	115.281	408.961	529.072	84%	525.559	3.513
Títulos de renda fixa públicos	Nível 1	-	-	95.353	274.129	369.482	-	366.355	3.127
Total em 31 de dezembro de 2023		102.858	4.830	115.281	408.961	631.930	100%	628.417	3.513

(i) Representa o valor do custo amortizado atualizado para os títulos e valores mobiliários; e (ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

Aplicações	31/12/2022	Aplicações	Renta-bilidade	MTM	Resgates	31/12/2023
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	140.985	164.996	18.373	-	(221.496)	102.858
Títulos de renda fixa privados (b)	40.805	179.652	10.446	486	(71.799)	159.590
Títulos de renda fixa públicos (c)	513.401	437.366	43.871	18.717	(643.873)	369.482
Total	695.191	782.014	72.690	19.203	(937.168)	631.930

Aplicações	31/12/2021	Aplicações	Renta-bilidade	MTM	Resgates	31/12/2022
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	89.650	252.658	14.096	-	(215.419)	140.985
Títulos de renda fixa privados (b)	52.154	-	6.231	(199)	(17.381)	40.805
Títulos de renda fixa públicos (c)	489.563	429.048	34.110	6.809	(446.129)	513.401
Total	631.367	681.706	54.437	6.610	(678.929)	695.191

(a) As quotas de fundos de investimentos abertos foram valorizadas com base no valor da quota divulgada pelos administradores do fundo na data do balanço, não sendo aplicável uma taxa de juros contratada. (b) Os títulos de renda fixa privados (LF's e debêntures) estão registrados pelo seu custo de aquisição acrescido dos juros ganhos. (c) O valor de mercado para os títulos de renda fixa públicos (LTN's, LFT's, NTN's e BNTN's-F) foi calculado com "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). No quadro abaixo é demonstrada a taxa contratada ao ano por título em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Títulos públicos	31/12/2023</
------------------	--------------



A seguradora para um mundo em mudança

LUIZASEG SEGUROS S.A. - CNPJ: 07.746.953/0001-42

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	2023	2022
e) Despesas com tributos:		
Impostos municipais	(101)	(81)
PIS	(4.446)	(4.058)
COFINS	(27.358)	(24.971)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.908)	(1.909)
Outras despesas com tributos	(71)	(84)
Total	(33.884)	(31.103)
f) Resultado financeiro:		
Quotas de fundos de investimentos abertos	18.373	14.096
Títulos de renda fixa privados	10.446	6.231
Títulos de renda fixa públicos	51.804	46.558
Outras receitas financeiras	837	784
Receitas financeiras	81.460	67.669
Títulos de renda fixa públicos	(7.933)	(12.448)
Outras despesas financeiras	(131)	(147)
Despesas financeiras	(8.064)	(12.595)
Total	73.396	55.074
g) Ganhos ou perdas com ativos não correntes:		
Receita multa front fee (i)	1.118	-
Receita multa distrato acordo operacional (i)	27.500	-
Outras receitas não operacionais	2	-
Outras receitas não operacionais	28.618	-
Despesas com baixa front fee contratos de exclusividade (i)	(32.975)	-
Impairment ativo intangível	5.744	-
Outras despesas não operacionais	3	-
Outras despesas não operacionais	(27.228)	-
Total	1.390	-

(i) Valores referente ao distrato antecipado do contrato de exclusividade.

16 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas em 31 de dezembro:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (após as participações aos empregados)	165.190	118.553	165.190	118.553
Adições				
Ajustes permanentes	2.355	5.449	2.355	5.449
Ajustes temporários	6.790	2.110	6.790	2.162
Exclusões				
Ajustes permanentes	(7.744)	(4.000)	(7.744)	(4.000)
Ajustes temporários	(1.033)	(1.184)	(1.033)	(1.236)
Base de cálculo	165.558	120.928	165.558	120.928
Alíquotas (15% IR/CS)	(24.834)	(18.138)	(24.833)	(18.647)
Dedução PAT (4%)	87	80	-	-
Dedução licença maternidade	5	-	-	-
Doações	-	501	-	-
Adicional 10% IR (acima de R\$ 240)	(16.531)	(12.067)	-	-
Imposto corrente do exercício	(41.273)	(29.624)	(24.833)	(18.647)
Impostos diferidos				
Diferenças temporárias (liquidadas)	1.439	231	863	138
Despesa de IR e CS no resultado	(39.834)	(29.393)	(23.970)	(18.509)

DIRETORIA

Sheynna Hakim Rossignol
Diretora Presidente

Renato Alessandri Alves de Oliveira
Diretor Financeiro e Atuário

Nivandro Lucas S. Alves de Oliveira
MIBA 2229

Ana Paula Ferreira
CRC 1SP319650/O-1

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Luizaseg Seguros S.A. é um órgão estatutário constituído conforme determinações contidas na Resolução do CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores. No cumprimento das suas atribuições constantes no regulamento do Comitê e, relativamente a 31 de dezembro de 2023, até a presente data, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Legal, de Compliance e de gerenciamento de Controles Internos e Riscos, com os auditores externos independentes, com os auditores internos do Grupo BNP Paribas, além dos representantes da Administração da Seguradora. No uso das suas atribuições, constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias externa independente e interna do Grupo BNP Paribas, bem como do sistema de controles internos da Seguradora. Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que os controles internos adotados asseguram a confiabilidade das informações e avalia como adequados os trabalhos realizados pelas auditorias interna e externa independente, bem como com os atuários da Seguradora, e não identificou o

descumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Seguradora que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio. Também foi revisado pelos membros do Comitê, previamente à divulgação, as Demonstrações Financeiras da Seguradora referentes a 31 de dezembro de 2023, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

Membros:

Regivaldo Dallemole

Manuel Lepe

Miriam Assis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Luizaseg Seguros S.A. Opinião:** Examinamos as Demonstrações Financeiras da Luizaseg Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luizaseg Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Existência e mensuração dos ativos garantidores das provisões técnicas de seguros (Notas 2.4 e 12.c):

Em 31 de dezembro de 2023, a Seguradora possui aplicações financeiras que são mantidas em quotas de fundos de investimento e títulos de renda fixa públicos e privados, que são oferecidos em cobertura das provisões técnicas de seguros. As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor das quotas dos fundos de investimento disponibilizado pelos administradores dos fundos investidos; no caso dos títulos públicos, com base nos preços unitários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e, no caso dos títulos privados de renda fixa, a mensuração é obtida, principalmente, por cotação de mercado. Para os títulos de renda fixa sem cotação de mercado foram utilizados modelos construídos com dados observáveis de mercado. A existência dos títulos de renda fixa é assegurada por meio de conciliações com as informações dos órgãos custodiantes no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e/ou B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Já para as quotas de fundos de investimento, a administração utiliza os extratos dos fundos investidos, emitidos pelos respectivos administradores. Nossos principais procedimentos de auditoria consideram a atualização do entendimento dos principais controles estabelecidos pela administração para a existência e mensuração das aplicações financeiras. Testamos a existência das aplicações financeiras através do confronto das informações da posição de ativos em reserva técnica da Seguradora com os extratos de custódia emitidos pelos respectivos órgãos custodiantes. Adicionalmente, testamos, em base amostral, a existência das movimentações de aplicações, resgates, compras e vendas de ativos financeiros por meio de inspeções documentais e comprovantes de liquidações financeiras. Efetuamos o confronto do valor utilizado para mensuração das aplicações financeiras em quotas dos fundos de investimento com o valor da quota disponibilizado pelo administrador do fundo investido e reexecutamos a valorização dessas aplicações financeiras. Quanto apropriado, obtivemos o relatório de auditoria sobre as últimas Demonstrações Financeiras disponíveis do fundo e analisamos se havia alguma modificação no relatório dos auditores com impacto relevante nas Demonstrações Financeiras do fundo de investimento, a fim de avaliar eventual impacto nos registros contábeis desses ativos na Seguradora. Adicionalmente, para os títulos de renda fixa públicos e privados realizamos, em base amostral, a reexecução da valorização com base nos dados observáveis de mercado.

Porque é um PAA **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Existência e mensuração dos ativos garantidores das provisões técnicas de seguros (Notas 2.4 e 12.c):

Considerando a relevância dessas aplicações financeiras no contexto das Demonstrações Financeiras da Seguradora, a sua existência e sua mensuração continuaram a ser consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o relatório do auditor:

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as Demonstrações Financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das Demonstrações Financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das Demonstrações Financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das Demonstrações Financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as Demonstrações Financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando

níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das Demonstrações Financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as Demonstrações Financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as Demonstrações Financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as Demonstrações Financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se essas Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

PricewaterhouseCoopers
Audítores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

Caio Fernandes Arantes
Contador - CRC 1SP222767/O-3

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas **Luizaseg Seguros S.A.: Escopo da auditoria:** Examinamos as provisões técnicas registradas nas Demonstrações Financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Luizaseg Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais Requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de

obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas Demonstrações Financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Luizaseg Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a Avaliação de riscos de distorção relevante nos itens

integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - Edifício B32
São Paulo - SP - Brasil - 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/28/LUIZASEG1574594828022024.pdf>
Hash: 1709070121cad3d4fe4b8b4bf78e2a5674a7165a78